



IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo

Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

GT: Teoria Do Discurso E Pesquisa Em Educação Operando com a Teoria do Discurso para pensar as Ocupações

Marinazia Cordeiro Pinto
Doutoranda (UERJ/Brasil)

Bruno Silva Godoy
Doutorando (UERJ/Brasil)

Resumo: Operamos nesse texto com a Teoria do Discurso a fim de pensar as ocupações de escolas, que ocorreram no Rio de Janeiro em 2016, como uma luta política. Entendemos que essa luta se dá devido a um processo interminável de constituição de sentidos, em que se estabelecem de forma precária hegemonias sempre tensionadas pelos sentidos excluídos em um determinado momento. Sendo assim, discorreremos sobre as ocupações como um exemplo de articulações de demandas, atravessadas pelas lógicas da diferença e da equivalência, constituindo sentidos capazes de movimentar a luta política. Tratar esse movimento por esse viés é importante para podermos pensar os cenários de luta política como cenários em constantes modificações, em que interagem atores sociais, cujas identidades não são fixas, e que possuem demandas que se formam e se reformam continuamente na luta política, frente a um antagonista que também se constitui no decorrer do processo. Ao trazer as ocupações, a partir dos elementos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau, temos o objetivo de refletir sobre uma Democracia Por Vir, como uma possibilidade de nos responsabilizar pelas nossas ações políticas nos mais variados contextos.

Palavras-chave: Teoria do discurso; Ocupações; Luta Política; Antagonismo; Equivalências.

Introdução

O acontecimento¹ das ocupações de escolas, foco deste trabalho², se deu em vários estados, no final de 2015 e início de 2016. Centenas de escolas foram ocupadas por estudantes que, a princípio, alegavam não se conformarem com os rumos que a educação vinha tomando

1 Um acontecimento é algo que corresponde “a um *instante revolucionário* inapreensível, daquela *decisão* excepcional que não pertence a nenhum continuum histórico e temporal” (DERRIDA, 2018, p. 94), é o instante da ruptura, do incalculável, do imprevisível. Segundo Paulo César Duque-Estrada (2020, p. 60), “o termo “acontecimento” diz respeito aqui à – necessária, estrutural, intrínseca e potencial – modificação, revolução ou transformação que jaz em todas as coisas ou estados de coisas”.

2 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



no governo Temer. Apesar de a mídia ter mostrado preponderantemente esse movimento nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ele se fez presente também em outras regiões do país³. O movimento, que nos remete também à Primavera Árabe de 2010, ao *Occupy Wall Street* de 2011 e às manifestações de junho de 2013 no Brasil, tinha um eixo nacional de lutas que poderia ser identificado pela articulação entre os estudantes, pela existência de uma pauta com vários pontos em comum, pelo uso de uma mesma simbologia em seus nomes, feitos com a *hashtag* #Ocupa junto ao nome da escola, pela troca de práticas e pela autoidentificação enquanto parte de um mesmo movimento (BARRETO, 2018).

Entendemos esse período como bastante profícuo para observação das disseminações de sentidos nos discursos, nas políticas públicas e nas práticas da escola. Nesse propósito, operamos com a Teoria do Discurso (TD) no sentido de pensar as ocupações das escolas, a partir dos elementos trazidos pelos estudos de Ernesto Laclau como uma possibilidade de nos responsabilizar⁴ pelas nossas ações políticas nos mais diversos contextos. Nesse sentido, refletimos sobre processos articulatórios de demandas na formação de uma identidade popular, um sujeito pela falta, defendendo que as ocupações aconteceram por esses processos. Em seguida pensamos no papel do antagonismo e da fantasia nesses processos. Por fim, concluímos, refletindo sobre os deslocamentos nas práticas da escola, a partir da disputa pela hegemonia de discursos.

O sujeito da falta: processos de formação

Iniciamos apresentando as ocupações como um exemplo de construção populista. Para nós, entender esse movimento nesta construção é importante para podermos pensar os cenários de luta política como cenários em constantes modificações, em que interagem atores sociais, cujas identidades não são fixas, por meio da defesa de demandas que se formam e reformam continuamente na luta política, frente a um antagonista que também se reformula no decorrer do processo (LACLAU, 2018). Seria o que Glenn Savage (2022, p. 3) nos traz sob a denominação de *agenciamentos*, “Construções relacionais, compostas por componentes

3 No início de 2016, Goiás teve ocupações em cerca de 28 escolas. No Ceará, chegam a ser contabilizadas 69. Mais 15 ocupações de escola, além de instituições como secretarias e diretorias regionais de ensino e prédios administrativos de São Paulo. No Rio de Janeiro foram cerca de 80, no Rio Grande do Sul 150 e no Mato Grosso mais de 20 colégios estaduais ocupados. (BARRETO, 2018)

4 Nessa cadeia discursiva, não relacionamos o significante “responsabilizar” com a ideia de culpa tal como ocorre em outras formações discursivas.



heterogêneos e emergentes organizados em conjunto para determinados fins estratégicos, em espaços e tempos particulares”.

Sendo assim, o que temos são negociações permanentes, em que nada é fixo. Por um processo interminável de constituição de sentidos, estabelecem-se, de forma precária, hegemonias sempre tensionadas pelos sentidos excluídos em um determinado momento. Trata-se, então, nas palavras de Chantal Mouffe (2015, p. 106 e 127), de que “uma vez que as relações de poder são constitutivas do social, toda ordem é, *necessariamente*, hegemônica”, o que diz respeito a “um terreno moldado pelas relações de poder em que tem lugar uma luta pela hegemonia”. Nesse sentido, é importante entender com Derrida (2003a, p. 295) que

Quando se fala de hegemonia, quer dizer, de relação de forças, as leis de estrutura são tendenciais, não (se) determinam em termos de *sim* ou *não*, portanto de exclusão pura e simples, mas de diferença de força, de *mais* ou *menos*. Convém insistir na impossibilidade de uma exclusão *pura e simples*, para poder dar conta dos efeitos de recalçamento, portando dos retornos do que não deveria voltar, dos sintomas e das negações que esta mesma lei pode produzir e reproduzir, não deixando na verdade nunca de o fazer. (grifo do autor)

Trata-se de uma concepção de política e luta política que tem em sua constituição a contingência, em que as “estruturas são tendenciais” e o que se tem é uma “diferença de força” que não tem a ver com o binarismo excludente “sim/não”, mas com a não fixidez de “mais/menos”.

Dessa forma, em relação à política, afirmamos com Alice Lopes (2018, p. 85), que “toda opção política é uma opção não obrigatória e não necessária em um conjunto de possibilidades imprevistas, a ser considerada contextualmente, a cada evento”. A política diz respeito a processos de negociações e dicotomias que entram em conflito no estabelecimento de hegemonias. No que se refere a essas negociações e dicotomias, Chantal Mouffe (2015, p. 5) afirma que

A tarefa da política democrática não é superá-las por meio do consenso, mas elaborá-las de forma que estimule o confronto democrático. O erro do racionalismo liberal é ignorar a dimensão afetiva que as identificações coletivas mobilizam e imaginar que essas supostas “paixões” arcaicas irão certamente desaparecer com o crescimento do individualismo e o avanço da racionalidade.

Importante também destacar que a TD de Ernesto Laclau sustenta que todos os sentidos produzidos na sociedade estão inseridos em formações discursivas, ou seja, todos os



significados se constituem de forma aberta dentro da discursividade. Para essa teoria, não existe a separação entre pensamento e ação, símbolo e realidade. Dessa forma, as ações, e não apenas os textos, em seu sentido restrito, são entendidas como construções discursivas. Não existe significação fora do discurso (DERRIDA, 1973), e desta forma não é possível refletir sobre o social e o político fora dele. O próprio “ato de fala está sempre fazendo algo além e diferente do que realmente diz” (BUTLER, 2018, p. 199).

Laclau compreende as subjetividades também como contingentes. As subjetividades produzem discursos e são constituídas por esses discursos. O discurso pode ser entendido como a organização de elementos inseridos em inúmeras relações. Esses elementos inseridos nessas relações não possuem significados fixos, os sentidos acontecem pela relação de um elemento com outros elementos; é o resultado de uma negociação constante.

Laclau (2011) reflete sobre o processo de constituição das identidades a partir da noção de falta constitutiva, em que a completude do sujeito depende de sua relação com o outro (outras subjetividades, outros sentidos, seu próprio outro), “as identidades não pré-existem às relações sociais de políticas, toda identidade é sempre diferencial e se correlaciona às diferentes demandas que possam existir em um processo político” (LOPES, 2010, p. 30). E ainda com Joanildo Burity (2022, p. 19),

A falta é constitutiva da identidade. Não somos nem nascemos com uma identidade pronta. Somos, de certa maneira, lançados para fora de uma relação em que supostamente tudo era pleno e completo, e passamos, continuamente, o resto da nossa vida tentando (re)encontrar ou (re)construir quem somos, o que queremos. A falta não é um defeito da identidade humana e tampouco da história humana. A falta não pode ser erradicada – pelo menos até onde vivemos, até aqui, e pelo tempo que podemos ainda descortinar pela frente.

Nas palavras de Carla Rodrigues (2021, p. 71), “somos feitos e desfeitos uns pelos outros, numa rede de relações que nos antecedem, das quais dependemos mesmo sem saber, e continuamos a existir em um trabalho de luto como política de memória”.

Seguindo com Alice Lopes (2018, p. 84), trazemos as implicações entre um entendimento de “sujeito” como sujeito da falta e a formação de uma comunidade,

Sendo o sujeito pautado por uma falta constitutiva, a comunidade política, considerada como composta por sujeitos da falta, não tem um centro estável, uma propriedade integradora, um conjunto de características ou princípios políticos comuns: qualquer comunidade é produzida discursivamente na luta



política. É uma comunidade sem *algo* em comum, sem unidade. (grifo da autora)

Nesse sentido, “em vez de as relações entre as partes componentes serem entendidas como *logicamente* necessárias para tornar o todo que é, as relações em um conjunto são vistas como apenas *contingentemente obrigatórias*” (SAVAGE, 2022, p. 7). Sendo assim, os elementos em uma articulação são definidos em função dos outros elementos. Dessa forma, estão em movimento e seus significados não são fechados, estando sempre na possibilidade de modificação.,

O discurso está associado à ideia de repetição e diferença, da repetição na diferença. Nas palavras de Marcelo Moraes (2020a, p. 21), “a repetição continuará sendo a representação, mas, além disso, avoca algo novo, uma repetição originária, mas sem origem, uma repetição que possibilita o por vir, um acontecimento (*événement*)”. O deslocamento é efeito dessa perspectiva de discurso, que entende o discurso como repetição de sentidos produzidos, que serão sempre diferença. Nas palavras de Laclau e Mouffe (2004, p. 168),

la práctica de la articulación/dislocación de un sistema de diferencias tampoco puede consistir en meros fenómenos lingüísticos, sino que debe atravesar todo el espesor material de instituciones, rituales, práctica de diversos orden, a través de las cuales una formación discursiva se estructura.

Nesse jogo de repetição e diferença, a hegemonia é contingente; o discurso não está blindado em relação às contestações de significados que surgem e podem desestruturar os seus sentidos. Essas contestações vêm de *um outro* e acontecem de diversas formas, de maneira que não se pode controlar. O outro pode ser um evento, uma pessoa, uma tragédia que interpela o discurso como não capaz de responder às novas demandas. Podemos afirmar, no entanto, que o discurso, apesar de alcançar sentidos contingentes, produz uma estabilidade, que é precária, mas que ocorre a partir do estabelecimento de pontos nodais, em um movimento ininterrupto de articulação, deslocamento e articulação novamente.

Em outras palavras, o discurso é uma tentativa precária de fechamento de uma significação, que é possibilitado por significantes vazios que se constituem em pontos nodais capazes de articular demandas diferenciadas, como se este significante pudesse representar todas as demandas em jogo. Não se trata de, simplesmente, entender que uma certa quantidade de demandas é “*incorporada a otras demandas; es articulada, y esa articulación*



modifica a la propia demanda y construye un nuevo proyecto imprevisto inicialmente” (LOPES, 2014, p. 133).

Nas ocupações de forma geral, o significante vazio⁵ parece ter sido “mais qualidade na educação” (SANTOS, 2020), embora em algumas escolas ocupadas esse significante se deu em disputa pelo que se considerava como “mais democracia na escola”. Acreditamos que esta foi uma maneira de denunciar o autoritarismo tanto no ambiente interno da escola que se configurava pelo que os alunos consideravam desrespeito no trato e desinteresse pelas contribuições dos alunos em decisões na escola; quanto no âmbito externo, nas orientações que chegam à escola por parte da SEEDUC, em forma de avaliações externas⁶, carga horária das disciplinas e outros direcionamentos.

Mais do que reivindicar mais democracia, a dinâmica das ocupações tentou performar no período da ocupação aquilo mesmo que reivindicava, por meio de uma proposta de relações não hierarquizadas de trabalho coletivo e decisões tomadas sempre em conjunto. Dessa forma, “No centro de seus questionamentos parecem estar justamente em questão a crítica às hierarquias. (...) Quando lidavam com representações o faziam de maneira rotativa (...)” (BARRETO, 2018, p. 87).

A essa demanda que se homogeneizou como uma demanda de todos na ocupação se articularam outras demandas tais quais: demandas relacionadas à estrutura da escola (banheiros que permanecem fechados por falta de funcionários e outras questões); blusas de uniformes que teriam sido enviados pelo governo para os alunos e não foram distribuídos, obrigando os alunos a comprarem; possibilidade de usar as paredes do exterior da escola para manifestação artística dos alunos, como aconteceu em algumas escolas, no pós-ocupação; atendimento mais respeitoso na secretaria; entre outras demandas que foram surgindo no decorrer do processo de ocupação.

A TD nos ajuda a pensar a formação das identificações no processo de articulação de demandas. “Dois espaços de representação são constituídos nesse processo: o espaço das

5 Trata-se, então de uma noção que desconstrói a ideia saussureana de signo linguístico como sendo formado por duas partes: o significante (parte sensível do signo que diz respeito ao seu material fonético ou escrito) e o significado (parte inteligível que alude ao conceito, ideia ou objeto a que o significante se refere) (SAUSSURE, 2012). A noção de significante vazio aponta para o fato de que não existe um significado pré-existente a que o significante se refere. Entende-se que só existem significantes que se remetem a outros significantes e que esse mecanismo é orientado por questões contingentes de poder que provocam constantes modificações nas relações dos significantes.

6 SAERJ e SAERJinho que são avaliações do âmbito do Estado do Rio de Janeiro, além das avaliações nacionais.



diferenças tornadas equivalentes e o espaço contra a qual essa cadeia se antagoniza.” (GODOY, 2019) Dedicamos a próxima sessão do texto àquilo que se antagoniza na formação das identificações, em especial ao movimento de ocupação das escolas.

Antagonismo e fantasia nos processos articulatórios

O movimento de ocupação corresponde a uma estrutura social que só pode ser definida a partir de suas fronteiras; sendo que essas fronteiras se definem por meio da articulação de diferenças que se equivalem em função de um antagonismo a algo que lhe é exterior (LACLAU, 2018). Diz respeito, então, a um exterior que constitui a estrutura social e que também é contingente. Nas palavras de Elizabeth Macedo (2018, p. 164), “o antagonismo constitutivo do social (que impede a totalização estrutural), quando atravessado por uma lógica equivalencial, sofre uma estruturação contingente que permite falar em hegemonia sem alusão a qualquer fundamento”. Esse antagonismo se configura em função do que Laclau denomina exterior constitutivo. E, como nos diz Glenn Savage (2022, p. 7), seriam “agenciamentos como definidos por relações de exterioridade e como geradores de propriedades emergentes”. E, ainda, diz respeito a “ver o poder e a resistência como não apenas intimamente conectados, mas como existindo simultaneamente dentro e fora do conjunto de componentes que agem em nome do governo” (idem, p. 14).

Seguindo com Chantal Mouffe (2015, p. 14), temos que essa noção de exterior constitutivo está diretamente relacionada à constituição das identidades que, como já trouxemos aqui, são identidades da falta. Afirmar a autora que “toda a identidade é relacional e que a afirmação de uma diferença é a precondição para a existência de qualquer identidade – ou seja, a percepção de um “outro” que constitui seu “exterior””.

Sendo assim, “uma relação social pode se transformar em terreno fértil para o antagonismo” (idem). Indo além, afirmamos que, se o antagonismo se extinguir, as articulações e equivalências também se extinguem. Em outras palavras, como nos diz Derrida (2003a, p. 181/182),

Sem esta hostilidade absoluta, “eu” perde a razão, perde a possibilidade de se posicionar, de pôr ou opor o objecto diante de si, perde a objectividade, a referência, a estabilidade última do que resiste, perde a existência e a presença, perde o ser, o *logos*, a ordem, a necessidade, a lei. Perde a coisa mesma. Porque ao fazer o meu luto do inimigo, não fico privado disto ou daquilo, deste adversário ou deste concorrente, desta força de oposição



determinada que me constitui, perco isso sim o mundo, nem mais nem menos.

Nas palavras de Alice Lopes (2018, p.109),

O antagonismo na teoria da hegemonia é uma forma de explicar a formação de comunidades políticas nas quais nada há de comum além da negatividade, o confronto frente a um exterior que ao mesmo tempo limita a identidade da comunidade e possibilita que seja produzida na articulação de demandas.

Em relação à articulação, Laclau utiliza o termo *momento* para designar posições diferenciais articuladas em uma formação discursiva. O discurso seria, então, o resultado da articulação de elementos em momentos. Esses mesmos elementos podem se rearticular em outro momento em uma outra prática discursiva. Estabelece-se uma disputa entre os diversos elementos-momentos no interior do discurso em uma luta por hegemonia, entendendo hegemonia como a prevalência de determinado sentido sobre outros, a prevalência da função equivalencial sobre a função diferencial (LACLAU, 2011). Nos processos de antagonismo, essa hegemonia se dá por meio da articulação das demandas particulares que constituem essas diferenças.

Sendo assim, para Laclau, a produção do discurso é um processo político. E nos processos de luta política, também ocorrem articulações. Trata-se de uma equivalência de demandas heterogêneas frente a um antagonista comum. Dito de outra forma, “é por meio do antagonismo que se organizam as relações de equivalência em um contexto no qual só há particularidades diferenciais” (LOPES, 2018, p. 95). “*Ese antagonismo, también provisorio e contingente, se hace em relación con una diferencia excluida de la articulación discursiva*” (LOPES, 2014, p. 134).

Nesse enfrentamento, constitui-se um “nós” e um “eles”. A constituição do “nós” se dá a partir de um “eles” comum exterior a esse “nós”; denominado, nessa teoria, um “exterior constitutivo”. Nessa relação de antagonismos, aquilo contra o qual o “nós” antagoniza constitui esse “nós”⁷, destacando-se que a formação do “nós” e do “eles” é contingencial e que “a fronteira entre nós e eles (...) é constitutiva da política” (MOUFFE, 2015, p. 53), em uma relação de *différance* e não de diferença (HALL, 2003, p. 108). Dessa forma, “o antagonismo não é decorrente de identidades essenciais existentes previamente ao jogo

7 Pensando com Derrida (2003, p. 92, 94, 95), “perder o inimigo, nesta hipótese, não seria necessariamente um progresso, uma reconciliação, a abertura de uma era de paz ou de fraternidade humana. (...) Perdendo o inimigo, perder-se-ia simplesmente o próprio político. (...) Que esta oposição se apague, e a guerra com ela, a região chamada “político” perde as suas fronteiras ou a sua especificidade”.



político” (MOUFFE, 2015, p. 31). Sendo assim, ainda com Chantal Mouffe (2015, p. 17), reafirmamos que

as identidades são o resultado de processos de identificação e que elas nunca podem ser inteiramente determinadas. Nunca somos confrontados com oposições “nós/eles” que expressem identidades essencialistas preexistentes ao processo de identificação. Além do mais, uma vez que, como enfatizei, o “eles” representa a condição de possibilidade do “nós”, sua “exterioridade constitutiva”, isso quer dizer que a constituição de um “nós” específico depende sempre do tipo de “eles” do qual o “nós” se diferencia.

E ainda com Alice Lopes (2018, p. 93), “a articulação de elementos diferenciais da luta política passa a ser concebida como contingente, sem determinação, seja econômica ou de qualquer outra ordem, e sem uma pré-definição de quais sujeitos lideram o processo articulatório”. Alice Lopes (*idem*, p. 89) também nos chama a atenção de que

Na interpretação das lutas políticas, muitas vezes, operamos com essa simplificação, representada no modelo “nós” contra “eles”, *como se fosse* toda luta política. Desse modo, o antagonismo pode se tornar uma formação ideológica que estabiliza identidades sociais: faculta a ampliação das cadeias articulatórias, mas obscurece múltiplas subjetivações que podem vir a desconstruir tal antagonismo e, por consequência, os discursos hegemônicos. É catalisador de ações e paixões políticas, mas pode desconsiderar a inscrição do *talvez* que interrompe determinações.

Assim como as subjetividades não são determinadas de forma fixa e homogênea, nas cadeias equivalenciais, é possível também “incluir demandas sociais as mais heterogêneas” (LOPES, 2018, p. 100), na busca de deslocar hegemonias. Segundo Chantal Mouffe (2015, p. 51),

A formação de uma nova hegemonia implica a criação de uma “cadeia de equivalência entre as diversas lutas democráticas, velhas e novas, a fim de constituir uma “vontade coletiva”, um “nós” das forças democráticas radicais. Isso só pode ser feito por meio da designação de um “eles”, o adversário que tem que ser derrotado a fim de tornar possível a nova hegemonia.

Em *A razão populista* (2018), para a construção de identidades populares, como temos tratado as ocupações das escolas, Laclau propõe como unidade mínima de análise das práticas articulatórias uma demanda social. “[...] [Em] inglês, o conceito de “demanda” (*demand*) é ambíguo: pode significar uma solicitação, mas também pode significar uma exigência [...]” (LACLAU, 2018, p. 123). Quando demandas diferenciais não são atendidas, uma relação de equivalência entre essas demandas pode se estabelecer. Esse seria um caminho para a



formação de uma fronteira interna separando o ‘povo’ do poder, de uma identidade popular, pela articulação das demandas populares, aquelas não atendidas pelo poder.

Em outra nomenclatura, podemos dizer que existem as demandas democráticas que, quando não atendidas, se articulam, por meio de uma representatividade, e institui-se uma relação antagônica entre o “povo” e o poder. As demandas que antes eram demandas democráticas passam a ser denominadas demandas populares, "um corte antagônico passa a dividir negativamente o espaço social entre essas demandas populares articuladas contra a institucionalidade" (idem, p. 83). Vale ressaltar que as demandas democráticas não possuem um conteúdo obrigatório. A transformação dessas demandas democráticas em demandas populares não está relacionada ao seu conteúdo, está relacionada ao fato de não terem sido atendidas, não terem sido solucionadas.

Vale destacar, com Elizabeth Macedo (2018, p. 169/170), que as demandas

- (1) Só existem na medida em que são demandadas, sendo, portanto, contextuais;
- (2) elas nunca se apresentam da mesma forma a cada reiteração e, nesse sentido, são performativas;
- (3) os grupos demandantes não são pré-constituídos, são nomeados a partir da demanda.

As demandas populares, que são condensadas em torno de um símbolo, constituem a condição para a experiência populista. Isso ocorre porque é a partir das demandas populares que se configura uma equivalência entre as diversas demandas diferentes, que passam a representar os anseios do “povo” frente ao opressor. Nesse contexto, o líder constitui-se como alguém ou algo que traz em si mesmo a identificação das demandas populares. Esse líder está associado, muitas vezes, a um nome que *starta* os anseios das demandas populares. Esse nome transforma-se em símbolo que apela aos afetos das pessoas. Sendo assim, o nome do líder se torna o significante vazio capaz de articular demandas em torno das quais se dá a construção de um “povo”.

No caso das ocupações, foram reivindicações antigas (não atendidas) que constituíram grande parte das demandas (populares) do movimento, como explicou um ex-aluno e apoiador de uma escola ocupada ao El País⁸, “Precisamos trabalhar nisso, nos reunir, mas isso precisa de tempo. Mas que fique claro que este não é um diálogo de hoje. Há muito tempo que, de dentro das escolas, cobra-se uma educação laica, emancipatória, de qualidade e, acima de tudo, pública”. Essas insatisfações crescentes, em algum momento, são passíveis de se

⁸https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/29/politica/1461955632_442061.html



articularem em forma de movimento, principalmente por se tratar de uma pauta dentro dos limites do que as diretrizes oficiais do Ministério da Educação já definem para a rotina da escola. A resposta do governo, em muitos pontos, não era mais do que cumprir a legislação e, quando as autoridades precisam ser instadas a fazê-lo, isso também indica que as determinações escritas não prescindem de negociações constantes. Ao lermos notícias da época que afirmam que

as autoridades se viram obrigadas a negociar. Mas não está sendo fácil. “Estamos em um beco sem saída. Já cedemos em vários pontos, aceitamos uma eleição mais democrática do diretor, reduzimos as avaliações de quatro para duas por ano letivo, e estamos dispostos a eliminar as bonificações por rendimento. Mas para outros pontos, como os consertos nas escolas, eles têm que desocupar”, diz Lima. Os alunos não confiam que verão resolvidas suas exigências se abandonarem as escolas e se negam a sair”⁹.

Precisamos destacar que o Estado entende, naquele momento, o processo de negociação como algo que só ocorre sob coação do movimento. Além disso, diz aceitar pontos da pauta que correspondem a ações que já deveriam ser uma realidade nas escolas, caso a legislação fosse cumprida. Isso explica a desconfiança dos alunos em desocupar com base em compromissos assumidos pelo governo. As instâncias jurídica e legislativa precisaram intervir para que a negociação entre o poder executivo e as ocupações avançasse. Antes desse momento, a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) fez um movimento de demonstração de força, em forma de ameaça, como descreve a mesma reportagem:

A Secretaria acabou de declarar as escolas ocupadas em recesso escolar. Nesse status, os centros ficarão sem receber, no mês de maio, verba de merenda e manutenção, ficarão sem serviço de limpeza [função já assumida pelos alunos], e o cartão de estudante, que permite deslocamento gratuito para a escola, será suspenso. O Governo estuda como reagrupar em outros centros os alunos que queiram continuar com as aulas e até criar escolas provisórias. Os estudantes dos colégios ocupados estarão obrigados a recuperar as matérias perdidas em agosto de 2016, inclusive durante a Olimpíada, e janeiro de 2017.

É o Estado - metonimizado na SEEDUC-RJ – buscando controlar a situação. Segundo Glenn Savage (2022, p. 14), “o Estado pode ser visto como uma força primária na *direção* do poder: aproveitando-o, canalizando-o e experimentando-o na esperança de guiar a conduta dos indivíduos dentro e às vezes além dos territórios sobre os quais reivindica o controle”.

⁹Idem.



As demandas das ocupações não dizem respeito “à resistência como algo que atua principalmente sobre ou contra o Estado, com o Estado visto como detentor de poderes que podem de alguma forma ser conquistado ou transferido para agentes resistivos bem-sucedidos” (SAVAGE, 2022, p. 14). Como vimos, essas demandas rondam a escola de forma não planejada, não calculada e sem que algum sujeito, previamente constituído, as apresente (LOPES; MACEDO, 2011). Grupos sociais (em nossa análise, a ocupação) são produzidos e identificados discursivamente por meio da articulação de demandas não atendidas (mais democracia nas escolas). A esses grupos sociais que se formam a partir da articulação de demandas e de subjetividades Derrida (1994, p. 70) se refere como sendo uma conjuração. Nas palavras do filósofo,

Uma conjuração é primeiramente uma aliança, sem dúvida, às vezes uma aliança política, tanto ou quanto secreta, senão tácita, um complô ou uma conspiração. Trata-se de neutralizar uma hegemonia ou de derrubar um poder (...). Na sociedade oculta dos conjurados, certos sujeitos, individuais ou coletivos, representam forças e aliam-se em nome de interesses comuns para combater um adversário político temido, isto é, também para conjurá-lo. Pois conjurar quer dizer *também* exorcizar (...). (grifo do autor)

Segundo Chantal Mouffe (2015, p. 14/15),

No campo das identidades coletivas, estamos sempre lidando com a criação de um “nós” que só pode existir pela demarcação de um “eles”. Isso não quer dizer, naturalmente, que tal relação seja necessariamente uma relação amigo/inimigo, ou seja, uma relação antagonística. Mas devemos reconhecer que, em determinadas situações, existe sempre a possibilidade de que essa relação nós/eles possa *se tornar* antagonística, isto é, que ela possa *se tornar* uma relação de amigo/inimigo. Isso acontece quando se acredita que o “eles” está questionando a identidade do “nós” e ameaçando sua existência. Dali em diante, (...) toda forma de relação nós/eles torna-se um espaço de antagonismo.

Relevante destacar também o aspecto de fantasia na formação das demandas e das cadeias articulatórias. Trata-se do ato de nomear a angústia, encontrar um significante que de alguma forma represente a angústia, apresentada como um significante articulador que vai formar uma demanda coletiva. Entendendo com Chantal Mouffe (2015, p. 6) que

A política democrática não pode se limitar a estabelecer uma solução conciliatória entre interesses ou valores ou deliberar acerca do bem comum; ela precisa apoiar-se concretamente nos desejos e nas fantasias do povo.



Além disso, na constituição do “nós”, na constituição do “povo”, existe algo da ordem do afeto, das paixões (BORGES; LOPES, 2021), que promove a articulação. Essa constituição da articulação se dá no momento que o discurso é ampliado e passa a indicar o horizonte de todos aqueles que se sentem representados por determinado projeto ou movimento social. Nessa ampliação do discurso, demandas diferentes podem se identificar em um mesmo significante que passa a ser metáfora de muitos anseios. Segundo Mouffe (2015, p. 23), essas “paixões” dizem respeito a “vários impulsos emocionais que se encontram na origem das formas de identificação coletivas (...) uma das forças”. Como todo conflito mobiliza pessoas que se identificam em campos opostos, “permitindo assim que as paixões sejam mobilizadas politicamente no âmbito do processo democrático”, porque as pessoas se identificam “com uma identidade coletiva que ofereça uma ideia de si próprias que elas possam valorizar”.

Além disso, nas palavras de Judith Butler (2018, p. 9),

“O povo” não é uma população definida, é constituído pelas linhas de demarcação que estabelecemos implícita ou explicitamente. Como resultado, assim como precisamos testar se qualquer modo determinado de apresentar o povo é inclusivo, só podemos indicar populações excluídas por meio de uma demarcação ulterior. A autoconstituição se torna especialmente problemática sob essas condições. Nem todo esforço discursivo para estabelecer quem é “o povo” funciona. A afirmação muitas vezes é uma aposta, uma tentativa de hegemonia. Portanto, quando um grupo, uma assembleia ou uma coletividade organizada se autodenomina “o povo”, maneja o discurso de uma determinada maneira, fazendo suposições sobre quem está incluído e quem não está e, assim, involuntariamente se refere a uma população que não é “o povo”. De fato, quando a luta para definir quem pertence ao “povo” se intensifica, um grupo contrapõe sua própria versão do “povo” àqueles que estão de fora, os que considera uma ameaça ao “povo” ou opositores da versão proposta de “povo”.

Seguindo nesse breve levantamento sobre a Teoria do Discurso, consideramos importante refletir sobre o *populismo*, no sentido com que Laclau trabalha esse significante. Não se trata aqui de *populismo* como uma forma de exercer o poder, a partir de benesses para os menos favorecidos, logrando, dessa forma, a confiança dessa camada da população a ponto de que sejam tratados com autoritarismo consentido e até não percebido. Quando Laclau usa esse termo, o foco dele não está em uma possível intenção de algum líder e sim nos motivos pelos quais um determinado discurso “funciona”. É uma busca pelo entendimento da retórica a fim de compreender a sociedade e as relações políticas.



O fenômeno denominado por Laclau de *Populismo* tem lugar em uma estrutura de sociedade pluralista. Para ele, todas as políticas possuem uma base populista. O populismo está relacionado à luta política, à constituição de um “nós” e um “eles” que se antagonizam. No momento do deslocamento, ou seja, no momento que o sentido de um discurso não mais se sobrepõe aos particularismos que tensionam pontos desse discurso e instalam-se em pontos de disputas que levam ao rompimento com práticas antes naturalizadas; estabelece-se um confronto entre as demandas insatisfeitas e o regime instituído. Laclau (2018) define esse confronto como sendo um confronto entre o que ele chama de “povo” contra seus opressores.

Neste texto, trazemos a formação das ocupações como sendo, tal como discorremos acima, um processo articulatório de demandas insatisfeitas e diferenciais entre si frente ao regime instituído, frente às práticas hegemônicas na/pela escola e na/pela SEEDUC-RJ.

Vale destacar aqui que o significante “povo”, na Teoria do Discurso, não diz respeito à população, aos habitantes de uma determinada região. “Povo” se refere a um discurso construído politicamente e representado por um líder. Trata-se da reunião de demandas heterogêneas que sozinhas/separadas não constituiriam um “nós”. A constituição do “povo” só é possível a partir de uma cadeia de equivalências entre “nós” e “eles”.

Mesmo sendo um texto sobre as ocupações de escolas em 2016 sem especificar as ocupações de uma determinada região, como somos do Rio, queremos abrir parênteses para dizer que, quando nos referimos às ocupações de escolas no Rio de Janeiro, principalmente em escolas da periferia do Rio de Janeiro, nesse agenciamento que se deu nas ocupações, o “nós”, apesar de formado por elementos heterogêneos, possui um sotaque, uma localização. Um sotaque e uma localização que podemos marcar na fonética e na escrita desse pronome a que nos referiremos, em alguns momentos, não como “nós” e sim como “nóix” (MORAES, 2020b). Pensando com o filósofo Marcelo Moraes em seu texto *Becos, ruas, esquinas e marquises*, “Esse nóix não é o Nós da totalidade, do demos, do todo, (...) nunca sabemos quem faz parte desse nóix, não podemos contar quantos somos, nem ver quem está entre nóix”.

Queremos destacar nesse “nóix” trazido pelo filósofo Marcelo que o nóix da ocupação é indefinido porque as subjetividades são subjetividades da falta e acontecem na inter-relação com outras subjetividades. Além disso, destacamos que a ação da ocupação não se limitou a



alunos e alunas da escola. Uma rede de pessoas, professores, responsáveis, comunidade agiram e interagiram desde os primeiros momentos da ocupação.

O discurso populista diz respeito, então, a uma representação política – para Laclau, diz respeito à essência da representação política - que encarna diferentes anseios presentes em uma comunidade plural que se une em torno de uma luta. Essa representação política pode ser de uma pessoa, mas também, pode ser de um movimento social que une diferentes subjetividades em torno de demandas equivalentes. A existência de um adversário comum¹⁰ exige uma hegemonia temporária, única forma de subsistir em suas diferenças latentes no momento da articulação, que produz o Populismo. Segundo Laclau, o populismo tem como consequência o abalo do *status quo* e a perturbação das estruturas estabelecidas (SILVA, 2014). Em relação a um movimento de reivindicação, Judith Butler (2018, p. 184) afirma que

O “aparecimento” pode designar uma presença visível, palavras faladas, mas também representação em rede e silêncio. Além disso, temos que ser capazes de pensar em tais atos como ação plural, pressupondo uma pluralidade de corpos que apresentam o seu propósito convergente de modos que não requerem uma conformidade estrita com um tipo singular de ação, ou um tipo singular de reivindicação, e que não constituem juntos um tipo singular de sujeito.

As Ocupações de escolas no ano de 2016 no Rio de Janeiro podem ser entendidas como uma construção populista, como uma representação advinda da articulação de demandas populares, demandas não atendidas pelas escolas e pela SEEDUC-RJ. Observar esse movimento, a partir dessa teoria e, principalmente, das noções de populismo e “povo”, ajuda-nos a refletir sobre a dinâmica das ocupações e das lutas políticas de uma forma geral.

A representação por parte do movimento estudantil, como vimos nas noções da Teoria do Discurso apresentadas nesse texto, não é pura. Em muitos momentos, foram necessário ajustes, conversas, reformulações, trocas e mútua constituição entre representante e representados. Reiteramos que, por serem as demandas do movimento maiores do que aquilo que as diferencia, acontece uma articulação por equivalência de objetivos e de discursos (FERREIRA, 2011), um ponto nodal.

Sendo assim, entendendo a Ocupação como um processo político populista, tem-se a instituição de um “povo” a partir da articulação de demandas estudantis que se equivalem

¹⁰ Em Derrida (2003a, p. 96), esse adversário comum diz respeito a um inimigo que “foi sempre tido por “público”. O conceito de inimigo privado não teria qualquer sentido. Na verdade, é a própria esfera do público que surge com a figura do inimigo.”



constituindo um “nós”, em antagonismo com outra articulação de diferenças, representada pela associação Escola/SEEDUC-RJ entendida como meio de impedimento da satisfação das demandas do movimento. A Escola/SEEDUC-RJ se constitui como um “eles” que, tendo o suporte do Estado, tentou de formas variadas conter o movimento estudantil para que a organização das escolas permanecesse da forma como estava antes das ocupações.

Considerações finais

Na Ocupação, houve um abalo na hierarquia e nas propostas instituídas na escola. Foi o momento em que novas maneiras, diferentes e até antagônicas, de pensar escola se manifestaram em forma de outras opções de fazeres e convivências. À medida que algumas possibilidades foram assumidas, mesclaram-se outras anteriormente praticadas com alternativas advindas do movimento. Nos termos teórico-estratégicos com que nos propomos pensar as ocupações, as práticas, os discursos que pautavam a organização da escola foram *ameaçados* por uma articulação de demandas heterogêneas. Nesse movimento, *novos* discursos se hegemonizaram e *novas* práticas tiveram vez.

Afirmamos, então, nesse texto, que, no acontecimento Ocupações, como faz referência Lopes (2005), ao tratar da política de currículos, houve uma crise de reconhecimentos de autoridade que provocou sentidos imprevisíveis. Essa crise se dá dentro de um contexto de imposição de sentidos, em um processo de luta política que questiona a estrutura hierárquica vigente. Trata-se de um questionamento possível, porque as estruturas não são plenas, são sempre fraturadas. Nesse sentido, fazendo referência à democracia, ainda que por vir, esta só pode ser pensada porque o universal “não tem corpo e conteúdo necessários; antes, diferentes grupos competem entre si para dar temporariamente a seus particularismos uma função de representação universal” (LACLAU, 2011, p. 66). Podemos afirmar, então, que a democracia será sempre um horizonte im-possível e nunca plenamente alcançado.

Esse processo acontece porque, entre outros fatores, o discurso de autoridade necessita de aceitação e, para tal, precisa estabelecer negociações, a partir das quais é possível que surjam resultados inesperados e não passíveis de controle, tais como um deslocamento de fronteiras dos vários contextos presentes nesses processos, entre os quais estabelece-se uma troca de discurso e um esvaziamento da estrutura hierárquica. Nas palavras de Laclau (1990, p. 43), destacamos que



Para evitar qualquer mal entendimento, nós devemos enfatizar novamente que o deslocamento de uma estrutura não significa que *tudo* se torna possível ou que *todas* as configurações simbólicas desaparecem, uma vez que nenhum deslocamento poderia acontecer nesse universo psicótico: a estrutura precisa estar lá para ser deslocada.¹¹

Nesse sentido, segundo Ferreira (2011, p.14), para Laclau, o deslocamento é entendido como “situações que criam uma desestrutura. Os elementos de amarração são afrouxados precisando de um restabelecimento: o senso de identidade, a crise suturada”.

Trata-se de um afrouxamento dos sentidos hegemônicos que ocorre no momento que se estabelece um questionamento acerca das divisões binárias e verticalizadas de poder. Essa aproximação de contextos não tem como resultado o fim da hierarquia ou a conquista de um acordo entre eles. Trata-se da possibilidade de se pensar novos caminhos de convivência. Trata-se de uma crise na estrutura até então hegemônica como única. Essa possibilidade foi o que se vivenciou nas escolas a partir do movimento das Ocupações; mas que ocorre, de forma contínua, no dia a dia das vivências sociais. Por mais que tudo pareça estabilizado e imutável, a instabilidade é característica de toda sociedade.

Apesar de uma heterogeneidade – “uma heterogeneidade que não é primordialmente oposicional” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 34) - percebida no interior do grupo dos ocupantes, constatou-se uma equivalência de falas e colocações. Pensando com Laclau ainda a respeito dessa equivalência de falas e de demandas, uma visão positiva ou negativa de um líder ou um “povo”, em um movimento populista, dá-se com base no apoio que os indivíduos dispensam para esse movimento. Isso ocorre devido ao fato de que os significantes não possuem uma relação de correspondência fixa com os significados. Para os alunos do movimento de ocupação, as colocações em suas demandas têm um sentido “positivo”; mas essas mesmas colocações podem adquirir sentidos diferenciados quando são inseridas em outras construções discursivas, enunciadas ou recebidas por alunos que não pertencem ao movimento e por parte da comunidade a que a escola pertence. Os sentidos dos enunciados flutuam em construções discursivas diferentes. Sendo assim, a oposição é sempre possível¹².

11 “To avoid any misunderstanding, we must once again emphasize that the dislocation of a structure does not mean that *everything* becomes possible or that *all* symbolic frameworks disappear, since no dislocation could take place in that psychotic universe: a structure must be there for it to be dislocated.” Tradução nossa.

12 No caso das ocupações, a oposição se deu sob a forma de uma mobilização denominada “desocupa” que, articulando demandas antagônicas ao movimento, empreendeu esforços para desmobilizar as ocupações.



Nessa negociação das demandas populares apresentadas pela Ocupação, muitos alunos e alunas ocupantes passaram a sentir mais pertencimento ao contexto da instituição escola e, quando a escola foi desocupada, esse sentimento de fazer parte de forma ativa desse contexto com o qual negociavam anseios, anseios pelos quais lutavam, permaneceu em muitos deles. Os grupos ocupantes de cada escola apresentaram na mesa de negociação demandas que iam além de questões particulares, apresentaram demandas universalizadas no contexto de luta política. Tais como participarem democraticamente na gestão da escola, serem atendidos em suas necessidades de documentação com respeito e presteza, terem aulas diversificadas e outras demandas que, para muitos, constituem parte do universal de uma educação democrática. Segundo Mariana Santos (2020, p.17),

Nas questões referentes à política curricular, o governo estadual, na sua gestão, instituiu como políticas curriculares centrais: o Currículo Mínimo, a avaliação do processo de ensino de aprendizagem pela prova do SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro), além da redução da carga horária do ensino de Filosofia e Sociologia, na grade curricular do Ensino Médio, para um tempo semanal. O movimento das ocupações de escola, por sua vez, se contrapunha a essas políticas curriculares, exigindo inicialmente em suas reivindicações o fim do SAERJ, a extinção do Currículo Mínimo e o aumento da carga horária de Sociologia e Filosofia.

Essas demandas referentes a questões específicas se articularam em torno de um desejo de democracia na escola; talvez porque a satisfação delas estava relacionada ao que eles entendiam como democracia na escola.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Bruna Amaral Lanzillotti. Ocupar é resistir: um estudo sobre as ocupações secundaristas no Rio de Janeiro em 2016. In: **Revista Em Debate** (UFSC), Florianópolis, volume 16, p. 73-94, 2018.

BORGES, Verônica; LOPES, Alice Casimiro. Por que o afeto é importante para a política? Implicações teórico-estratégicas. In: **Revista Práxis Educacional**. v. 17, n. 48, p. 1-22, outubro de 2021.

BURITY, Joanildo. Pensando colonialidade e de(s)colonialidade no estudo da(s) religião(ões). In: **Islam, decolonialidade e(m) diálogos plurais**. São Paulo: Ambigrama Editorial, 2022.



BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Tradução: Fernanda Siqueira Miguens; Revisão técnica: Carla Rodrigues. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei.** Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

_____. **Políticas da amizade.** Tradução: Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras Editores S.A., 2003a.

_____. **Espectros de Marx.** Tradução: Ana Maria Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. **Gramatologia.** Tradução: Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectivas, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã.** Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

DUQUE-ESTRADA, Paulo César. **Estudos ético-políticos sobre Derrida.** Rio de Janeiro: Mauad X: Editora PUC-Rio, 2020.

FERREIRA, Fábio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 127, Dezembro/2011.

GODOY, Bruno Silva Godoy. **Demandas curriculares em inscrições textuais da comunidade disciplinar de ensino de Biologia: o caso da BNCC.** 84 p. - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

LACLAU, E. **New reflections on the revolution of our time.** London: Verso, 1990. 263 p. ISBN: 978-0-86091-919-3.

_____. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2018. 383 p. ISBN: 978-85-65339-19-3.

_____. **Emancipação e diferença.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estratégia socialista. Hacia una radicalización de la democracia.** Buenos Aires: FCE, 2004.

LOPES, Alice Casimiro. Sobre a decisão política em terreno indecidível. In: **Pensando a política com Derrida: responsabilidade, tradução, porvir** / Alice Casimiro Lopes, Marcos Siscar (orgs.). São Paulo: Cortez, 2018.

_____. No habrá paz en la política. In: **Debates y combates.** Fundación Casa del Pueblo – Tucumán/Argentina - . Nº 6, ano 4, maio de 2014. (p. 121-143).



_____. Currículo, política, cultura. In: SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão [et al.] (orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. Política de currículo: Recontextualização e Hibridismo. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 50-64, jul.-dez. 2005. www.curriculosemfronteiras.org

LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de. **A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas**. São Paulo: Editora Annablume, 2015.

MACEDO, Elizabeth. A teoria do currículo e o futuro monstro. In: **Pensando a política com Derrida: responsabilidade, tradução, porvir** / Alice Casimiro Lopes, Marcos Siscar (orgs.). São Paulo: Cortez, 2018.

MORAES, Marcelo José Derzi. **Democracias espectrais: por uma desconstrução da colonialidade**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2020a.

_____. Becos, esquinas, ruas e marquises. In: BORGES-ROSARIO, Fabio; MORAES, Marcelo José; HADDOCK-LOBO, Rafael. (Orgs.) **Encruzilhadas filosóficas**. Coleção X (Org.: Rafael Haddock-Lobo). Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020b.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Tradução: Fernanda Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

RODRIGUES, Carla. **O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, Mariana dos Reis. **Demandas curriculares das ocupações das escolas na cidade do Rio de Janeiro** (tese). 2020, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ProPEd/UERJ.

SAVAGE, Glenn C. O que é agenciamento de políticas? In: **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v.17, p.1-21, 2022. Disponível em:
<<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso em: 15/02/2022.

SILVA, Luís Gustavo Teixeira da. **Ernesto Laclau (1935-2014): a trajetória de um legado às Ciências Sociais**. Cadernos de Estudos Sociais, n. 29, v. 1, jan.-jun. 2014 - periodicos.fundaj.gov.br.